



Áreas Protegidas e Turismo na Serra do Espinhaço: Dez anos de atuação do Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço - UFMG / UFMG


Protected areas and tourism in the Espinhaço's Range: Ten years of acting of the Espinhaço's Integrated Research Group - UFMG / UFMG

Gontijo, Bernardo Machado; Braga, Solano de Souza; Mucida,
Danielle Piuzana; Morais, Marcelino Santos de

 **Bernardo Machado Gontijo**
gontijobm@yahoo.com.br
Instituto de Geociências da UFMG, Brasil

 **Solano de Souza Braga**
UFDPar, Brasil

 **Danielle Piuzana Mucida**
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri (UFVJM), Brasil

 **Marcelino Santos de Morais**
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri (UFVJM), Brasil

Revista Espinhaço
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil
ISSN-e: 2317-0611
Periodicidade: Semestral
vol. 10, núm. 1, 2021
revista.espinhaco@gmail.com

Recepção: 02 Fevereiro 2021
Aprovação: 20 Abril 2021

URL: [http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/485/4852255005/
index.html](http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/485/4852255005/index.html)

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5096361>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-
NãoComercial 4.0 Internacional.

Resumo: A atividade turística na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE), Minas Gerais, ocorre em praticamente toda a sua extensão. Em algumas áreas o turismo possibilitou a valorização e a preservação do patrimônio cultural e natural por meio de tombamentos, registros de patrimônios imateriais, concessões de chancelas e criação de Unidades de Conservação, em especial no eixo da Estrada Real que foi a via para o escoamento do ouro e de diamantes a partir de meados do século XVIII. O objetivo desse artigo é traçar um panorama do turismo na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço explorando possíveis efeitos dessa atividade na valorização e preservação do patrimônio histórico-natural. Este estudo tem como respaldo teórico e prático pesquisas já realizadas na área da Reserva no âmbito do Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço (GIPE). Na medida em que os patrimônios naturais e culturais constituem-se em um verdadeiro amálgama quando nos referimos à RBSE, os trabalhos realizados no âmbito do GIPE buscam um diálogo constante com outras áreas do conhecimento, agregando referências nas áreas da geologia, biologia, geografia física e humana, arqueologia, patrimônio e ciências sociais. O grande diferencial turístico da RBSE reside nesse amálgama patrimonial único, restando saber até que ponto os turistas que a frequentam, em número cada vez maior, realmente conhecem esta característica/riqueza/potencial de forma a valorizá-la.

Palavras-chave: Turismo, História, Patrimônio Cultural e Natural, Reserva da Biosfera.

Abstract: Tourism activity in the Serra do Espinhaço Biosphere Reserve (RBSE), Minas Gerais, takes place in practically all its extension. In some areas, tourism has enabled the valorization and preservation of cultural and natural heritage through listing, records of intangible heritage, seal concessions and creation of Conservation Units, especially in the axis of the Estrada Real, which was the route for the gold and diamonds outflow from the mid-18th century. The aim of this article is to provide an overview of tourism in the Serra do Espinhaço Biosphere Reserve, exploring the possible effects of this activity in the

enhancement and preservation of the historic-natural heritage. This study has as theoretical and practical support in researches already carried out in the area of the Reserve within the scope of the Espinhaço's Integrated Research Group (GIPE). As natural and cultural heritage constitute a true amalgamation when we refer to the RBSE, the work carried out within the scope of GIPE seeks a constant dialogue with other areas of knowledge, adding references in the areas of geology, biology, physical and human geography, archeology, heritage and social sciences. The great tourist differential of the RBSE resides in this unique heritage amalgamation, and it remains to be seen to what extent the tourists who visit it, in increasing numbers, really know this characteristic/wealth/potential in order to value it.

Keywords: Tourism, History, Cultural and Natural Heritage, Biosphere Reserve.

1. Introdução

O conhecimento produzido a respeito do Espinhaço tem sido bastante ampliado em tempos recentes. Desde o pioneirismo de Eschwege, em 1823, sua geologia vem sendo revelada, detalhada, mapeada e interpretada com grande maestria pelos diversos pesquisadores que se sucederam a partir de então, especialmente a partir da criação do Centro de Geologia Eschwege em Diamantina, ainda nos anos 1960, e da incorporação do mesmo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a partir de 1979. A edição especial da Revista Geonomos de 1995 traz um excelente panorama da evolução desse conhecimento acumulado a partir das pesquisas realizadas no âmbito da UFMG, nela também constando a importante análise geomorfológica de Saadi. De lá para cá, a contribuição da própria Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) passa também a se destacar, a partir da criação do Centro de Estudos em Geociências (CeGeo) em 2016, com importantes contribuições também nas áreas da geografia física, espeleologia e arqueologia. Com relação a esta última, o próprio conhecimento da arqueologia do Espinhaço vive um momento de ampliação, capitaneada não só pelos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Arqueologia e Estudos da Paisagem da UFVJM (LAEP/CeGeo/UFVJM), mas também da equipe do Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB) da UFMG.

Com relação à rica biodiversidade do Espinhaço, também é grande o conhecimento acumulado, desde as primeiras contribuições de naturalistas ao longo do século XIX até os estudos intensivos realizados por pesquisadores de todo o país, o que pode ser verificado a partir do conteúdo da edição, também especial, da Revista Megadiversidade de dezembro de 2008. A criação recente da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE), por sua vez, gerou uma publicação síntese a respeito da mesma (Revista da RBSE, 2017), num momento em que se discutia a deflagração da fase 2 da RBSE, que, em 2019, a ampliou e prolongou até a divisa de Minas Gerais com a Bahia. Nesta publicação constam análises iniciais que vão na direção do que discutiremos neste artigo, principalmente nos temas relativos às perspectivas de desenvolvimento humano em harmonia com a proteção de áreas naturais e o avanço do turismo, uma das

ênfases de investigação realizadas no âmbito de nosso grupo de pesquisa, o Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço (GIPE), criado em 2010. Será feita uma rápida contextualização histórica e geográfica do Espinhaço e, posteriormente, serão apresentados não somente o próprio GIPE, como também dados sobre o atual estágio da atividade turística na RBSE para que, ao se concluir a análise, seja possível refletir sobre as oportunidades e ameaças que essa atividade tem trazido ao patrimônio cultural e natural da região

Em relação ao Espinhaço, há muito que se delimitam áreas com o intuito de se protegê-las, como atesta o grande número de unidades de conservação (UCs) aí presentes, sejam elas de proteção integral, sejam de uso sustentável. As UCs mais antigas, anteriores à própria aprovação do SNUC^[1], datam dos anos 70 do século passado. Além de sua fisiografia única, foi a grande quantidade de UCs ao longo de todo o Espinhaço que ajudou na decisão da UNESCO^[2] de cancelá-lo enquanto reserva da Biosfera no âmbito do Programa Man and the Biosphere, isso em 2005. Outras chancelas vieram com a criação dos Mosaicos de Áreas Protegidas, tanto do Espinhaço – Alto Jequitinhonha / Serra do Cabral em 2010, como o da Serra do Cipó em 2018. Entendemos que a grande quantidade de UCs remetem a uma questão importante, qual seja, a do uso público em tais espaços. Neste sentido, o problema da compreensão e gestão do turismo em tais UCs surge como um rico elemento de investigação, algo que tem sido abraçado no âmbito do GIPE desde sua criação. Mais do que lidar com as UCs em si, o fenômeno do turismo incide, sobretudo, nos entornos de tais unidades, para além de suas zonas de amortecimento, indo interferir em toda matriz paisagística que permeia tanto os mosaicos de UCs, como a própria reserva da biosfera em si. Este foi o principal fenômeno investigativo do GIPE.

O Grupo Integrado de Pesquisas da Serra do Espinhaço (GIPE) foi fundado e certificado pelo CNPq em 2010 por meio de uma parceria entre professores, alunos e pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O GIPE tem como tema norteador o estudo integrado da paisagem da Serra do Espinhaço, com ênfase nas interfaces existentes entre as áreas protegidas e a produção do espaço. O GIPE possui pesquisas prioritariamente em cinco eixos de estudo: 1 - Unidades de Conservação: Transformações socioambientais especializadas; 2 - Estudo e dinâmica da(s) paisagem(ns) na Reserva da Biosfera do Espinhaço; 3 - Geoprocessamento da Reserva da Biosfera do Espinhaço como suporte para o estudo da paisagem e Unidades de Conservação; 4 - Conhecimento socioambiental: epistemologia, instâncias e disseminação; e, 5 - Planejamento e Gestão de Unidades de Conservação na Reserva da Biosfera do Espinhaço.

O GIPE também possui atividades de cunho extensionista, como o Projeto GAIA (Geociências, Arte, Interdisciplinaridade e Aprendizagem), criado em 2011 com ação continuada até o momento em Diamantina. O GAIA tem como missão integrar extensão, ensino e pesquisa universitária e desenvolve-se por meio da criação e apresentação de práticas lúdicas com núcleos de exposição como: o Sistema Solar; Tempo Geológico; Paleontologia, Minerais e Rochas bem como maquetes temáticas sobre Tectônica de Placas, Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, Biomas brasileiros, além de um conjunto de maquetes, infográficos e jogos, confeccionados de forma artística e lúdica (Pereira et al. 2013). Estes materiais contemplam informações vinculadas à conteúdos

obrigatórios (Geografia, Ciências, Biologia, Química) e transversais (Educação Ambiental) do Ensino Fundamental e Médio assim com divulgação científica em geral (Mucida et al., 2016). Até 2020 o projeto recebeu mais de 10.000 visitantes.

2. A Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço

A área de abrangência e de foco da pesquisa do GIPE abarca a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE), uma das sete reservas existentes no Brasil, assim declarada pela UNESCO em 2005, qual seja, a Serra do Espinhaço Meridional (desde a região de Diamantina até a Serra do Cipó) e o Quadrilátero Ferrífero. Dada sua relevância, em 2019, houve aceitação de sua expansão em 220% (10,2 milhões de hectares) para o norte do estado de Minas Gerais, abarcando grande porção do Espinhaço Setentrional (Figura 1). Trata-se de uma região única em termos da paisagem mineira, palco de pressões sociais e econômicas que se refletem no conjunto de seu arranjo espacial, especialmente no que tange à questão ambiental de toda a RBSE, fato que resulta, inclusive, na existência de uma grande quantidade de Unidades de Conservação, sejam elas de proteção integral ou de uso sustentável. O estudo de outras áreas protegidas, dentro e fora do país, são realizados para efeito de análises comparativas e busca de alternativas de manejo.

A Serra do Espinhaço foi reconhecida como Reserva da Biosfera em 27 de junho de 2005 por ser um divisor de águas de extrema importância no Brasil Central, por ter espécies de fauna e flora endêmicas e por abrigar uma das maiores formações de Campos Rupestres quartzíticos e ferruginosos do Brasil, uma das regiões mais ricas e diversas do mundo. Para Andrade et al. (2015), com o reconhecimento da Reserva pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a denominação “Serra do Espinhaço” ganhou maior notoriedade nos meios acadêmicos, de comunicação, nos governos e, também, para o público em geral. Segundo informações disponibilizadas pelo comitê estadual da RBSE^[3] a chancela da RBSE se justifica, por exemplo, pelo fato de sua porção em Minas Gerais, com destaque para a região da Serra do Cipó, abrigar 67% das espécies de plantas ameaçadas de extinção, o maior número de espécies endêmicas da flora brasileira e um grande endemismo da fauna associada a essas plantas.

Considerando as duas etapas de sua implementação (fases 1 e 2^[4], sendo que esta segunda fase iniciou-se a partir de meados de 2019), a RBSE localiza-se totalmente no estado de Minas Gerais, abrangendo parcialmente 172 municípios, com uma área total de aproximadamente 10.258.895,2 hectares. Nela localizam-se 40 unidades de conservação de proteção integral que, no âmbito do “Zoneamento síntese da RBSE” (Andrade et al., 2015), são denominados zonas núcleo. Além destas, foram estabelecidas também a zona de amortecimento e a zona de transição. Nos dados citados acima já estão incluídos aqueles relativos à ampliação da RBSE, que ocorreu em setembro de 2019.

A área de abrangência da RBSE inclui todo o Espinhaço mineiro, desde a divisa com o estado da Bahia até sua extremidade meridional localizada ao norte do Quadrilátero Ferrífero mineiro, entre os municípios de Caeté e Barão de Cocais, e inclui também o próprio quadrilátero, apesar da constituição geológica do mesmo ser diferente, como a própria denominação indica. A inclusão do

Quadrilátero Ferrífero sob a égide da chancela da UNESCO se deu em função tanto de sua importância especial enquanto área prioritária para conservação (Drummond et al., 2005), como pela delicada situação de seus arranjos espaciais nos quais áreas ricas em biodiversidade convivem de perto com a expansão urbana da metrópole belorizontina, com a exploração minerária predatória e intensiva e com a necessidade de conservação de seus recursos hídricos. Foi ao longo da vertente leste da porção meridional da Serra do Espinhaço (fase 1 de implementação da RBSE) que se desenvolveu todo o eixo de penetração urbana historicamente deflagrado com a implementação da Estrada Real.

Do ponto de vista histórico/arqueológico, os caminhos que atualmente cortam a Serra do Espinhaço começaram a ser traçados por volta de 12.000 a 8.000 a.C. ainda pelos primeiros moradores da região, isto é, povos negroides, que foram seguidos por ameríndios (Goulart, 2001). Os ameríndios, que também tiveram grande presença na Serra, constituíram a segunda leva de povoamento iniciada por volta de 8.000 a.C., e deixaram inúmeros sítios arqueológicos e pinturas rupestres espalhadas em praticamente toda a região. Pode-se destacar o “Grande Abrigo” e as Lapas dos Gentios e Sucupira, na Serra do Cipó, além de centenas de sítios predominantemente líticos no Planalto de Diamantina, como a Lapa do Caboclo, que contém 4 (quatro) estruturas funerárias cuja datação mais antiga foi 10.000 BP (Isnardis, 2009; Solari et al. 2012) e regiões mais setentrionais da Área Arqueológica Serra Negra, em especial no Complexo Campo das Flores (Fagundes et al. 2012; 2014).

Destino de viajantes desde o século XVIII, a Serra do Espinhaço guarda nas suas paisagens fortes marcas desde o processo de descobrimento e povoamento da região até os dias atuais (Braga, 2011). Como já referido anteriormente, na borda Leste, pertencente ao Bioma da Mata Atlântica e à Bacia do Rio Doce, formou-se o “Caminho do Mato Dentro” ou “Caminho do Diamante”, parte da extensa Estrada Real. Por este trecho passou a maioria dos viajantes e naturalistas^[5] do período Pós-Joanino. Por meio de seus relatos em literaturas de viagem e iconografias é possível inferir que a região do Quadrilátero Ferrífero e borda Leste do Espinhaço Meridional já se encontrava fortemente degradada devido ao extrativismo do ouro, desmatamento e queimadas vinculadas a atividades agropecuárias (Mucida et al. 2019). Já no território do antigo Distrito Diamantino era comum a alusão à beleza de formações campestres e rochosas da Serra.

Os traços da arquitetura portuguesa ainda marcam a paisagem das cidades históricas desta vertente da Serra sendo, o próprio caminho, também de grande representatividade. Na porção Oeste, onde predomina o Cerrado, os traços de relevo mais suaves são marcados por alguns cursos d’água da Bacia do Rio São Francisco. Com a dizimação das populações indígenas originais, os negros trazidos para trabalharem nas atividades mineratórias se espalharam em diversos quilombos (Braga, 2011), tanto pelo Cerrado mineiro como pelas franjas ocidentais da Mata Atlântica mineira.

Em relação ao povoamento de origem portuguesa, os primeiros registros são do século XVI quando, em busca de alternativas para gerar recursos na Colônia frente a crise da cana-de-açúcar, Portugal incentivou várias expedições ao interior do Brasil em busca de metais e pedras preciosas (ICMBio, 2009). O primeiro registro é de 1572, quando a bandeira de Sebastião Fernandes Tourinho teria

passado pela borda Leste da Serra do Espinhaço, com cerca de 400 homens, ao fazer o trajeto entre as capitanias da Bahia e de São Paulo.

Com o declínio da mineração do ouro e diamante no final do século XVIII, a região passou por um período de ostracismo. A falta de estradas transitáveis e a dificuldade em se deslocar nos terrenos acidentados da Serra funcionaram como atrativo apenas para alguns grupos de ex-escravizados que, após a abolição da escravidão, migraram para a borda Oeste da serra onde formaram alguns povoados. O período entre os séculos XIX e XX foi marcado não só pela estagnação econômica, mas também por constantes rearranjos territoriais entre os municípios da região (Braga et al., 2017). A construção da nova capital no sítio do então Curral d'El Rey, no limite norte do Quadrilátero Ferrífero e afastado em relação ao eixo original da Estrada Real fez com que houvesse uma estagnação marcante na borda Oeste da Serra do Espinhaço. Esta região passou a ser marcada, sobretudo, pelo isolamento geográfico em razão da escassez e precariedade de acessos, e da mudança da centralidade política do estado (de Ouro Preto para Belo Horizonte), fato que é visível na paisagem até hoje (Ferreira e Gontijo, 2010).

Mais de 120 anos depois de sua inauguração, Belo Horizonte e sua região metropolitana são hoje os principais emissores de turistas para toda a grande região da RBSE, tanto dos que buscam atrativos em cidades coloniais como aqueles em busca dos atrativos naturais. Neste sentido, do ponto de vista turístico, a RBSE possui uma localização privilegiada em relação ao aporte de turistas, considerando ainda que a capital mineira também recebe turistas de outros pólos emissores, que apresentam distâncias consideradas razoáveis dos centros urbanos e pela proximidade com o Aeroporto de Confins (Andrade et al., 2015). Associado aos elementos físicos e paisagísticos da região, os aspectos culturais, como o artesanato, culinária, literatura, música, dentre outros, também contribuem para tornar a RBSE um território potencial para o turismo. Assim, sua importância biológica, geomorfológica e histórica justificam a adoção de medidas urgentes para a conservação, valorização e promoção de toda reserva da biosfera em questão.

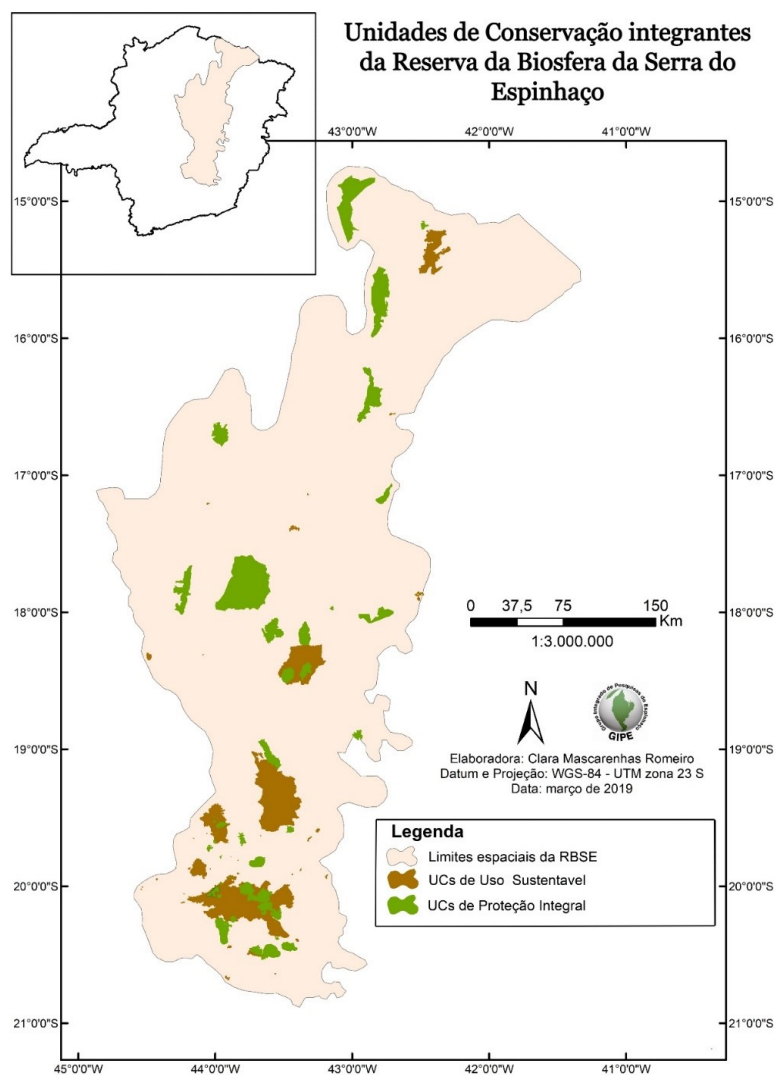


Figura 1. Mapa da RBSE com destaque para as UCs
Fonte: Romeiro, (2019)

3. O Turismo na RBSE

O turismo, compreendido de forma ampla, representa um fenômeno de grande potencial na (re)estruturação de territórios e, por consequência, apto a interferir na dinâmica socioambiental de um dado destino. Desta forma, é capaz de dinamizar e/ou articular diversas atividades e ramos da economia, sem, contudo, deixar de refletir também as determinações da sociedade na qual está inserida: contraditória, conflituosa, controversa, desigual, reflexo de lógicas do momento histórico presente, o da globalização e/ou da nova fase do capitalismo, dita ecológica ou sustentável (O'connor, 1988).

No contexto específico relativo ao turismo desenvolvido na RBSE, 8 dos 47 circuitos certificados existentes no Estado de Minas Gerais em 2019^[6], encontram-se totalmente inseridos ou interceptam a área da reserva, sendo eles: Serra do Cabral, Diamantes, Guimarães Rosa, Serra do Cipó, Ouro, Veredas do Paraopeba, Belo Horizonte e Vilas e Fazendas de Minas. A bacia do rio das Velhas,

na porção ocidental da RBSE, por exemplo, é analisada por Gontijo (2005) cujo trabalho indica a sobreposição de pelo menos 4 circuitos turísticos com a porção abrangida pela grande bacia do São Francisco contida na RBSE. Os elementos turísticos trabalhados em todos os circuitos e presentes na RBSE correspondem, sobretudo, ao patrimônio cultural e natural, com a presença de destinos nacional e internacionalmente reconhecidos.

No que diz respeito aos atrativos culturais destaca-se a vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, que valorizam e promovem os bens materiais e imateriais. Dos 9 (nove) conjuntos históricos presentes em Minas Gerais, 5 estão inseridos no território da RBSE: Congonhas, Diamantina, Mariana, Ouro Preto e Serro. Há que se considerar, ainda, a presença de comunidades tradicionais na região, além de uma diversidade de manifestações culturais, como festas, modo de vida caipira, cultura barroca, artesanato e culinária típica. Apesar de ser reconhecida sobretudo pela grande diversidade de atrativos de cunho natural, a área da RBSE apresenta também um expressivo conjunto de atrativos históricos e culturais. O mais recente deles foi, em 2020, a coleta de sempre-vivas para a CODECEX (Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas), que recebeu o título e passou a integrar o conjunto dos 58 Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (Sipam)^[7] concedido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Este foi o primeiro patrimônio da agricultura mundial concedido no Brasil.

Dentre os atrativos histórico-culturais presentes na região, considera-se como os de maior potencialidade para o turismo os seguintes elementos: o histórico dos municípios, as construções arquitetônicas religiosas, casarões coloniais, festas religiosas, artesanato e gastronomia local, bandas de música e bens tombados (Noronha et al., 2007). Ressalta-se ainda a “musealização” de sítios arqueológicos históricos e pré-históricos como um desafio e respeito ao desenvolvimento cultural da região (Lopes de Paula, 2011).

Relativo ao patrimônio natural, em decorrência da grande incidência de atrativos como rios, cânions, cachoeiras, serras, entre outros, é notória a conformação de uma vocação turística em torno dos aspectos paisagísticos da região, destacando-se, nesse sentido, os circuitos da Serra do Cipó e Serra do Cabral. Por abrigar belas paisagens naturais em um espaço marcado pela imponência das serras e pela existência do complexo montanhoso, identifica-se a predominância do turismo voltado para a natureza, com atividades que aproveitam dessas características, como no caso do ecoturismo, turismo esportivo e do turismo de aventura. Cita-se a realização de trilhas e caminhadas ecológicas, esportes de aventura e a contemplação da paisagem típica da região. Outro elemento que contribui para a conformação de uma motivação voltada para o contato com a natureza é a criação e demarcação de diversas Unidades de Conservação (UC) na área que abrange a Serra do Espinhaço. Como exemplo, cita-se o Parque Nacional da Serra do Cipó (Parna Cipó) com 33.400 ha, o Parque Nacional Sempre Vivas (124.154 ha), áreas de proteção ambiental federais, estaduais, além de outras UCs estaduais, municipais e particulares espalhadas pelo território da RBSE.

Dentre as atividades econômicas, conforme dados disponíveis no IBGE – Cidades (2020) a mineração e o turismo apresentam-se como as duas principais

molhas propulsoras do desenvolvimento no território da RBSE. Nas bordas oeste e leste da reserva nota-se, ainda, o uso do solo vinculado à agropecuária e às florestas plantadas, esse último em especial no nordeste do Quadrilátero Ferrífero, na Serra do Cabral e região entre Diamantina e Olhos D'água (Andrade et al. 2015, p.103). No entanto, grandes empresas com alto potencial de investimento como as mineradoras, as de produção de energia, de silvicultura, entre outras, dividem o mesmo território que também é repleto de áreas protegidas demandadas por turistas que buscam atividades ao ar livre, o que tem se configurado num quadro em que a existência de conflitos não é rara, o que demanda uma atenção especial no que diz respeito à gestão territorial de modo a mitigar e evitar situações de tensão em relação às sobreposições eventuais territoriais. Destaca-se, no que diz respeito a iniciativas de desenvolvimento da atividade turística, o Projeto Estrada Real, fomentado pela Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais que, desde 1999, tem por objetivo consolidar-se como a maior rota turística do país e que se apresentou como um circuito motivador do fluxo turístico na região (Becker, 2009). Abarcando mais de 1.630 km a Estrada Real perpassa os estados de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo em quatro caminhos principais, a saber: Sabarabuçu, Velho, Novo e dos Diamantes. Apesar de todos os caminhos se inserirem no território da RBSE, somente o caminho dos Diamantes e Sabarabuçu encontram-se inteiramente dentro de seus limites. Contudo, cabe salientar que a Serra do Espinhaço, no período de maior exploração minerária de ouro e diamantes no Brasil, desempenhou papel indutor dos eixos oficiais de ocupação do território mineiro e, por isso, possui uma intrínseca relação com os caminhos da Estrada Real. Do ponto de vista do desenvolvimento do turismo na região, por resgatar as tradições culturais e valorizar as belezas naturais existentes ao longo do seu percurso, o projeto agrega valor e contribui para a conformação e o fortalecimento da identidade turística da RBSE.

Por fim, aponta-se que pela perspectiva cultural, a região compreendida pela Serra do Espinhaço, caracteriza-se pela variedade de manifestações culturais, expressas nos festejos populares e religiosos, nas crenças e nos cultos de intensa religiosidade, na vida simples das centenárias fazendas e pequenas comunidades rurais da serra (Becker, 2009). Assim, relativo à construção da imagem do turismo vinculada, sobremaneira, aos atributos naturais existentes, deve-se perceber que, apesar do potencial associado a essa “vocação” da região, os traços e características socioculturais devem ser considerados e fortalecidos.

5. As sub-regiões turísticas na RBSE

A geologia, relevo, hidrografia, clima e biota conferem à RBSE características e feições de paisagem que hoje são bastante valorizadas/buscadas enquanto destino turístico. A este “pacote natural” adicionamos a pré-história da região, bastante rica e ainda por ser revelada em toda a sua real dimensão^[8], e, notadamente, a história de sua atual ocupação, desde o século XVII. Esta definiu todo um processo de urbanização, então inédito na colônia portuguesa, na região sul da RBSE, no Quadrilátero Ferrífero. A ocupação colonial definiu também um modelo de gestão único, o qual consistiu na delimitação de toda a porção norte do que hoje é a RBSE como sendo um enclave administrativo dentro da colônia, no que ficou conhecido como Demarcação do Distrito Diamantino^[9]. Elementos

deste modelo de ocupação foram rastreados por Moss (2014) ao analisar as diferenças nos modelos urbanos de três vilas localizadas na RBSE, a saber: Lavras Novas (Ouro Preto), Cardeal Mota (Serra do Cipó) e Milho Verde (entre Serro e Diamantina).

Além das diferenças no processo de ocupação histórica e pré-histórica, as distinções macroecológicas[10] e a maneira como essas definiram e definem as atuais vocações e potencialidades turísticas, permitem com que sejam estabelecidas quatro sub-regiões turísticas para a RBSE, a saber, o Quadrilátero Ferrífero, a região sul do Espinhaço Meridional (região da Serra do Cipó), a região norte do Espinhaço Meridional (região de Diamantina)[11] e, com a implementação da Fase 2 da RBSE, o Espinhaço Setentrional no estado de Minas Gerais, que corresponde ao prolongamento da Serra do Espinhaço desde Olhos D'água, a norte de Diamantina até a divisa com a Bahia.

No que diz respeito às três sub-regiões turísticas localizadas no Espinhaço Meridional, percebe-se uma pressão turística de massa (Gontijo e Rego, 2011), que tem colocado a perder toda a janela de oportunidade educacional/interpretativa, ambiental e patrimonial, aberta a partir da criação da RBSE. Ainda assim, observam-se também incursões ecoturísticas no sentido verdadeiro e profundo do termo[12], mas isso de forma ainda tênue e fragmentada pelo território, especialmente nas diversas unidades de conservação aí existentes. Rotas de grandes travessias começam a se desenvolver, ancorando-se nas propostas de uso público dessas UCs, especialmente aquelas de proteção integral – é o que já acontece em relação aos projetos de viabilidade e de implementação de travessias que já existem ou estão em fase de implementação nos Parques Nacionais da Serra do Cipó e Sempre Vivas, e nos Parques Estaduais da Serra do Intendente, do Pico do Itambé, do Rio Preto, do Biribiri e da Serra de Grão Mogol.

Há que se destacar, também, a implementação, ainda em sua fase inicial, da grande trilha do Espinhaço chamada de Transespinhaço, que pretende unir todas as trilhas já existentes em um grande eixo norte-sul que abrangerá todo o Espinhaço Meridional, com desdobramentos e conexões com o centro-oeste brasileiro e o Espinhaço Bahiano. Outra trilha regional de longo curso que está em processo de criação é o Caminho Saint-Hilaire, com cerca de 160 km que ligará Conceição do Mato Dentro a Diamantina, passando por cerca de 16 pequenas povoações em trajeto similar ao percorrido pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire no início do século XIX. O caminho objetiva agregar valor regionalmente, aliando a identidade cultural a geração de renda por meio do desenvolvimento turístico (Santos Jr.,2020). Este projeto é apoiado pelas prefeituras dos municípios de Diamantina, Serro e Conceição do Mato Dentro com suporte científico da UFVJM e apoio da Embaixada da França.

Os patrimônios natural e cultural constituem-se num amálgama único quando nos referimos à RBSE, plenamente observável em cada uma de suas quatro sub-regiões. Trata-se de uma das poucas reservas de biosfera do planeta em que tal correlação pode ser verificada de forma tão nítida – este é talvez o seu grande diferencial turístico, restando saber até que ponto os turistas que a frequentam, em número cada vez maior, realmente conhecem esta característica/riqueza/potencial de forma a valorizá-la enquanto o que realmente é.

A região do Quadrilátero, hoje “Ferrífero”, foi a mesma que atraiu milhares de colonos em função de suas expressivas jazidas de ouro – o ouro de

então estava associado ao ferro extraído (e por extrair) de hoje. As vilas e povoados que se erigiram, com toda a pujança do barroco mineiro que então se revelava, constituem-se em destinos turísticos nacional e internacionalmente conhecidos. Tanto a cidade de Ouro Preto, como o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos de Congonhas do Campo, são considerados Patrimônios Culturais da Humanidade. Outras vilas e cidades originadas dessa época ainda guardam muito de seu patrimônio cultural/arquitetônico, todas localizadas em meio a uma paisagem montanhosa, rica em quedas d'água e com uma vegetação ainda preservada. No âmbito do GIPE, Scalco (2009) e Murta (2012) avaliaram uma região vizinha a Ouro Preto, correlacionando o mosaico de UCs ali presente com a pressão turística e urbana exercida pela atratividade de Ouro Preto.

Alguns municípios localizados no Quadrilátero Ferrífero como Mariana, Ouro Preto, Brumadinho, Barão de Cocais e Nova Lima sofreram impactos recentes e graves no turismo devido aos rompimentos e/ou risco de colapso de estruturas de barragens de rejeitos da mineração. A cronologia recente, com rompimentos em Mariana no ano de 2016, e em Brumadinho em 2019, bem como os riscos eminentes de incidentes deflagrados em 2020, com a evacuação de distritos e povoados em Barão de Cocais, Ouro Preto e Nova Lima^[13], provocou o deslocamento de moradores e fez com que distritos como Macacos e Honório Bicalho, que têm o turismo como atividade econômica principal, tivessem suas economias praticamente estagnadas. Trata-se de um desdobramento nefasto decorrente daquelas sobreposições territoriais referidas anteriormente, na medida em que projetos/iniciativas de desenvolvimento em curso na região acabam por revelarem-se incompatíveis ou mesmo antagônicos, como no caso de projetos e instalações minerárias em relação à atividade turística. A mineração que, em um primeiro ciclo, foi responsável pela construção de grande parte do patrimônio cultural da região hoje se mostra como uma atividade destrutiva desse mesmo patrimônio.

Quanto à porção sul do Espinhaço Meridional, no trecho entre o Quadrilátero Ferrífero e Diamantina, a porção oeste caracteriza-se como uma região cárstica do Médio Rio das Velhas. Essa sub-região é abarcada por toda a Serra do Cipó e aponta para um modelo de ocupação mais esparso, com muitas fazendas na base da serra e grandes vazios populacionais nos topos. Sítios arqueológicos são abundantes e sinalizam para um povoamento antigo, cujos caminhos também foram percorridos pelos colonos que seguiam pela Estrada Real e suas derivações. Caminhando pela região mais elevada encontram-se os Campos Rupestres de alto endemismo e espécies ameaçadas de extinção. Esta porção configura-se como uma grande área de recarga do aquífero, fator que define a ocorrência de inúmeras quedas d'água, tanto para leste quanto para oeste como um dos principais atrativos turísticos da região, a maior queda d'água de Minas Gerais: a cachoeira do Tabuleiro. A pressão turística aí se dá de forma esparça, sendo que alguns núcleos urbanos lindeiros funcionam como pólos de fluxo turístico (especialmente Cardeal Mota, a oeste e os distritos e as sedes de Conceição do Mato Dentro e Itabira, a leste)^[14].

A porção norte do Espinhaço Meridional, na região centro-norte da RBSE, por sua vez, corresponde ao que foi por muito tempo, durante os séculos XVIII e XIX, o Distrito Diamantino. Esta região apresenta-se com uma bagagem cultural e arquitetônica riquíssima em meio a uma paisagem montanhosa exuberante,

com vários marcos que ajudavam a delimitar o território a ser controlado pela Coroa Portuguesa no Brasil Colônia. Tal isolamento levou à conservação dos recursos culturais e naturais da região, o que hoje é fator de grande atratividade turística. Também aí estão presentes as formações campestres, ricas em espécies conhecidas por sempre vivas, e inúmeras quedas d'água emolduradas por pontões quartzíticos elevados, incluindo o Pico do Itambé, o mais alto do Espinhaço, marco onipresente na paisagem da região. A cidade de Diamantina, tombada enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade, polariza uma série de outras cidades e vilas, todas abrigando patrimônios arquitetônicos relevantes e únicos. Barbosa (2011), Morais (2014), Goulart (2014) e Morais et al. (2018) desenvolveram pesquisas nas quais a questão do turismo foi analisada em algumas de suas interfaces com os distritos e unidades de conservação da região.

Por fim, a mais nova sub-região turística da RBSE corresponde àquela que foi incorporada na Fase 2 de sua implementação. Embora mais afastada do pólo emissor da capital mineira, esta sub-região apresenta grande potencial de desenvolvimento, especialmente se considerarmos suas áreas protegidas, alguns sítios históricos e pré-históricos como Grão Mogol, Botumirim e Itacambira, a proximidade com a cidade-pólo de Montes Claros, e sua posição intermediária em relação às rotas viárias de acesso tanto à Chapada Diamantina, na Bahia, como ao litoral sul bahiano. Para além das áreas protegidas aí existentes, as âncoras turísticas também residem no rico patrimônio cultural presente em várias de suas pequenas cidades, algumas testemunhas da penetração bandeirante no norte mineiro (a emblemática Serra Resplandescente, ou das Esmeraldas, de Fernão Dias, encontra-se na porção do Espinhaço situada nos arredores de Itacambira) e outras enquanto frutos da expansão na busca por ouro e pedras preciosas para o norte de Diamantina. A culinária, manifestações folclóricas e uma boa cachaça são apenas algumas de suas principais vocações turísticas.

6. A questão das Unidades de Conservação: contradições e potencialidades

Como já apontado, várias das pesquisas realizadas no âmbito do GIPE sinalizam para o fato de que o fluxo turístico na RBSE em sua porção correspondente ao Espinhaço Meridional ser eminentemente de massa, totalizante, pouco voltado para a valorização/reconhecimento da riqueza patrimonial pela qual a reserva foi legitimada em 2005. A dissertação de Moura (2000) é clara quanto a essa constatação, considerando aqui apenas a porta de entrada da Serra do Cipó (Gontijo, 2007). Pesquisando outro povoado da mesma Serra do Cipó, Gontijo (2003) referiu-se a esse aporte turístico como sendo “ilusório” na medida em que o termo “ecoturismo” passava a ser usado cada vez mais como um eufemismo que mascarava a pressão anti-ecológica provocada por tal movimento.

Uma das formas de organização territorial que tem contribuído no sentido de minimizar a pressão exercida por este turismo de massa é a demarcação, criação e institucionalização de Unidades de Conservação, como é possível observar no Mapa da RBSE (Figura 1), especialmente aquelas de proteção integral, nas quais as atividades de uso público (leia-se ecoturismo) se daria de forma ordenada e controlada. A própria concepção da RBSE previu a gestão coordenada das diversas UCs em seu interior, além da criação de novas, fato que vem ocorrendo

de forma tímida desde 2005. Entretanto, o que observa-se, na prática, é que poucas UCs de proteção integral, especialmente parques nacionais, estaduais e natural municipais, estão devidamente equipadas para receber fluxos elevados de turistas. Um fator agravante é que algumas dessas UCs são vizinhas de cidades/localidades que são também alvo de atração turística enquanto tesouros de patrimônio histórico e cultural. O afluxo turístico para essas cidades e vilas, especialmente em feriados prolongados e durante as férias escolares, potencializa a pressão sobre as atratividades naturais das regiões adjacentes, sendo que a maioria delas encontram-se no interior de UCs.

Outro ponto que se apresenta dicotômico são os estudos do GIPE que demonstram a insatisfação das comunidades de entorno com os parques, devido a proibição de extrativismos mineral (garimpo) e vegetal (coleta de sempre vivas), atividades agropecuárias e pesca (Morais, 2014; Morais et al. 2014; Scalco, 2009). Em 2020, com o título do SIPAM (Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial) pela FAO às coletoras de sempre vivas, possibilitará a manutenção de centenas de famílias que dependem da extração dessas plantas; por outro lado, pesquisas apontam a fragilidade da perda da biodiversidade, há poucos estudos voltados para fenologia e manejo para coleta de espécies como o gênero *Comanthera*, das sempre vivas (Barbosa et al. 2020). Nota-se portanto, a necessidade de seminários para amplo debate para que o recente reconhecimento pela FAO esteja em consonância com os planos de uso e manejo dos mosaicos da Reserva do Espinhaço reconhecidos pela UNESCO, agências vinculadas às Nações Unidas.

As dificuldades na implementação efetiva de várias dessas UCs levam a fluxos intensos e descontrolados de turistas, o que coloca a perder toda oportunidade de valorização do patrimônio natural de tais UCs, muitas delas também com diversas relíquias de patrimônio histórico e pré-histórico em seu território. Nas UCs oficialmente abertas para visitação pública o problema é minimizado, porém não necessariamente resolvido, uma vez que vários turistas adentram em áreas protegidas sem o conhecimento das instâncias de controle de visitação. Outra opção possível seria a adoção de estâncias de governança locais e regionais que integrem o patrimônio cultural e natural, como a adoção e/ou sobreposição de outras chancelas dentro desse mesmo território, como sugere Braga et al. (2017). Acredita-se que a implantação do Geoparque Quadrilátero Ferrífero na porção meridional da RBSE e da Paisagem Cultural na Serra do Cipó possam gerar um ambiente mais integrado entre os agentes gestores e os moradores (Ruchkys et al., 2012; Braga et al., 2017).

A título de exemplo, Ouro Preto e Mariana são vizinhos ao Parque Estadual (PE) do Itacolomi. Mesmo oficialmente aberto, vários turistas e moradores vizinhos tem acesso ao parque sem passar pela portaria de controle. No PE Serra do Rola Moça, ao sul de Belo Horizonte, verifica-se um grande fluxo de turistas que se deslocam para vilarejos vizinhos, assim como também as invasões, que são frequentes, considerando-se as áreas limítrofes à mancha urbana da capital mineira. No Planalto de Diamantina, o PE do Biribiri, que não está oficialmente aberto, recebe um fluxo enorme de turistas procedentes de Diamantina, e não tem conseguido disciplinar a elevada pressão de massa (Scalco et al. 2017). O Pico do Itambé, que localiza-se no PE de mesmo nome, também tem recebido muitos turistas apesar da UC não estar oficialmente aberta. Tal problema se repete

em relação aos PEs de Ouro Branco (Ouro Branco) e da Serra do Intendente (Conceição do Mato Dentro), que têm recebido grande número de turistas apesar da não abertura oficial dos mesmos. Em relação ao PE da Serra do Intendente, está sendo desenvolvida uma parceria com o município de Conceição do Mato Dentro, uma vez que este gerencia o vizinho Parque Natural Municipal do Tabuleiro, oficialmente aberto e que abriga a maior cachoeira de Minas Gerais, cuja visitação é cada vez maior. No Parque Nacional (PARNA) da Serra do Cipó e no PE do Rio Preto (na região de Diamantina), ambos oficialmente abertos e com o devido controle de visitação, a pressão turística é atenuada e acaba por se fazer exercer nas regiões vizinhas, especialmente no caso da Serra do Cipó.

Em outras UCs espalhadas pela RBSE, especialmente de outras categorias de manejo, como áreas de proteção ambiental (APAs) e monumentos naturais (MNs), verifica-se igual movimentação turística. Esta movimentação, entretanto, é mais difícil de ser avaliada em função da categoria de manejo das mesmas, mais fluidas em termos de controle e fiscalização, embora o potencial paisagístico da RBSE seja igualmente verificável e explorado turisticamente. É o que tem acontecido na APA Morro da Pedreira (que envolve o Parque Nacional da Serra do Cipó^[15]), na APA Águas Vertentes (que contempla tanto o PE Pico do Itambé e o MN Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio^[16]) e na APA Sul de Belo Horizonte (que envolve o PE Serra do Rola Moça e a Reserva do Particular Patrimônio Natural Santuário do Caraça^[17]). As regiões da Serra do Cabral, da Serra de Itacambira e da Serra de Grão Mogol, por sua vez, começam a experimentar um fluxo, ainda que tênue, de turistas.

O expressivo número de UCs no seio da RBSE contrasta com a pouca valorização patrimonial de seu meio natural. Por outro lado, a expressiva bagagem cultural e arquitetônica que constituem um patrimônio histórico e pré-histórico únicos, também são pouco percebidos em seus diversos e possíveis detalhes em meio a um turbilhão turístico de massa. Paisagens são apreciadas sem que se tenha noção da importância histórica das mesmas; quedas d'água são usufruídas de forma intensiva e impactante, sem que se dê a devida valorização da preservação de suas nascentes e cursos d'água. Cidades e vilarejos são visitados sem que se correlacione seus históricos e seus patrimônios com a natureza e a paisagem em que estão inseridos. Não são raras as oportunidades perdidas de visitação a atrativos naturais por parte de turistas que são mal informados ou que são induzidos a permanecer em sítios urbanos superlotados enquanto UCs vizinhas estão relativamente vazias (fato especialmente verificável no PE Itacolomi, PE Rio Preto e PARNA Serra do Cipó, todos oficialmente abertos mas com dados de visitação que contrastam com o volume de turistas que permanecem nas cidades vizinhas de Ouro Preto, Diamantina e Cardeal Mota, respectivamente).

7. Considerações finais

Mesmo considerando tais oportunidades perdidas, iniciativas ecoturísticas profundas e pessoalizantes (também no sentido exposto por Gontijo e Rego, 2011) são possíveis e aí se verificam. Como já foi dito, oportunidades de realização de trilhas de grandes percursos não são raras e alguns roteiros já têm se consagrado, como as trilhas de Lapinha a Tabuleiro e de Serra dos Alves a São

José da Serra, ambos na região da Serra do Cipó; de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras a Capivari e do Pico do Itambé ao PE Rio Preto, ambos na APA Águas Vertentes; em trechos da Estrada Real próximos a Ouro Preto, Itabira e Conceição do Mato Dentro; e também pelo leito da antiga via férrea entre Diamantina e Monjolos. Trilhas a pé constituem-se num excelente mecanismo de imersão no universo patrimonial amalgamado da RBSE, no qual cada turista terá a oportunidade de se conhecer um pouco mais e, assim, poder estar aberto a compreender o espaço diferenciado à sua volta. Se não puder perfazê-las, poderá permanecer em lugares remotos, no intuito de estabelecer esta auto-conexão. Vários desses lugares existem no vasto território da RBSE, todos eles interligados por caminhos e passíveis de serem percorridos a pé ou por meio de transporte adequado. A rede de caminhos e de trilhas da RBSE é diariamente explorada por turistas, romeiros, agricultores, comerciantes, extrativistas, aventureiros, tropeiros, ainda que de maneira esparsa ao longo de seu grande território. Aqueles que os trilham são os verdadeiros guias da região, agentes com os quais deveremos contar para aprender a valorizar toda a complexidade patrimonial da RBSE. A interligação desta verdadeira rede de trilhas e caminhos está no cerne da proposta de implementação da já citada Transespinhaço.

Em relação ao patrimônio histórico, a falta de atividades de interpretação, o pouco uso e a dificuldade de acesso são comuns aos patrimônios da RBSE. Mesmo nos centros históricos tombados pela UNESCO, Diamantina, Ouro Preto e Congonhas, é comum encontrar turistas vagando em meio a igrejas e monumentos arquitetônicos fechados. Nos municípios menos visitados essa realidade é ainda mais presente e ajuda a aumentar a polarização de visitação que já existe em torno dos destinos já citados como polarizadores do fluxo de visitantes na região. O turismo que acontece na RBSE não atua verdadeiramente como valorizador do seu patrimônio natural e cultural, pois não permite que a maioria dos turistas vivencie as experiências que os integrem a este patrimônio. Para tanto, há que se descobrir também a pré-história e a história da ocupação humana por este vasto território. Desde as andanças das populações ameríndias que lá deixaram seus registros, passando pela descoberta das marcas da penetração bandeirante colonial à procura de ouro e pedras preciosas, e chegando às revelações de sua rica biodiversidade e cenários naturais por parte dos naturalistas que por aqui penetraram a partir do eixo central da Estrada Real, já no período imperial desde o início do século XIX, a RBSE apresenta testemunhos e registros de cada uma destas etapas de ocupação.

Cabe aos turistas de hoje, orientados por políticas públicas de governança e gestão territorial integradas que levem em conta este amálgama patrimonial, refazerem os percursos que lhe aprouverem, em seus devidos ritmos e motivações. São eles os principais aliados na busca e no estabelecimento das sinergias culturais, históricas e naturais possíveis e que perpassam todo o território da vasta extensão da RBSE – patrimônio que permanece vivo no espaço e no tempo.

Referências

- Abreu, M. M. (2015) Territorialidade e Pertencimento: o olhar local sobre o Parque Estadual do Pico do Itambé – MG. Dissertação de Mestrado, UFRJ.

- Andrade, Miguel Ângelo, Martins, Cássio Soares, Domingues, Sérgio Augusto et al. (org.). (2015) Primeira Revisão Periódica da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. RBSE, MaB – UNESCO. Belo Horizonte, MG, Brasil
- Barbosa, M.F.P. (2011) “Turismo e Desenvolvimento como Liberdade em Capivari/Serro (MG): possibilidades, limites e expectativas.” Dissertação de Mestrado, UFMG.
- Becker, Luzia C. (2009) Tradição e modernidade: o desafio da sustentabilidade do desenvolvimento na Estrada Real. 405p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
- Braga, S. S. (2011). "A Serra do Cipó: A complexidade de uma região moldada pelo Tempo, Turismo e a Geografia". Dissertação de Mestrado, UFMG.
- Braga, S. S, Gontijo, B. M., DE Azevedo, Ú. R., Malta, G. A. P., Gonçalves, M. F. (2017). As chancelas da Unesco como alternativas de gestão para os patrimônios culturais e naturais da Serra do Espinhaço, Minas Gerais, Brasil. *Revista Espinhaço*, 29-40.
- Drummond, G.M, Martins, C.S, Machado, A.B.M, Sebaio, F.A e Antonini, Y. (2005). Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação. 2 ed. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas
- Fagundes, M., Lara, L., Leite, V. (2012). Paisagem cultural da área arqueológica de Serra Negra, Vale do Araçuaí - MG: os sítios do complexo arqueológico Campo das Flores, municípios de Senador Modestino Gonçalves e Itamarandiba. *Tarairiú*, Vol. 1, n. 5, p. 1-27.
- Fagundes, M., Pacheco, M. L. F., Baggio Filho, H., Silva, A. C., Bispo, F. H. A. (2014). A área arqueológica de Serra Negra: Alto Araçuaí, Minas Gerais – implantação, repertório cultural e análise tecnológica. *Revista de Arqueologia*, 27(2), p. 100-124.
- Ferreira, R. A., Gontijo, B. (2010). A Serra do Cipó e seus vetores de penetração turística—um olhar sobre as transformações socioambientais. Dissertação de Mestrado, UFMG.
- Gomes, W. M. (2014). Territórios Pré-históricos da Cordilheira do Espinhaço. Dissertação de Mestrado, UFMG.
- Gontijo, B. M. (2003). A ilusão do Ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha. Universidade de Brasília, 192p. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília.
- Gontijo, B. M. (2005). Novos caminhos para o turismo. In: Eugênio Marcos Andrade Goulart. (Org.). Navegando o Rio das Velhas das Minas aos Gerais. 1ed. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas/Projeto Manuelzão/UFMG, v. 2, p. 711-731.
- Gontijo, B. M. (2007). As portas abertas da serra do Cipó. *Cadernos Manuelzão*, 2(3).
- Gontijo, B.M., Rego, J. F. (2011) Por uma atitude turística pessoalizante. In: FARIA, Ivani F. (Org). Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades. Manaus: EDUA. Pp. 1-16.
- Gontijo, B.M. (2008). Um turismo que se quer sustentável. In: OTTONI, C. Serra do Cipó: Sempre Viva. Pedro Leopoldo: Gráfica Editora Tavares.
- Goulart, Eugênio M. A. (2001) Nos ermos e nas brumas da Serra do Espinhaço. Ed: COOPMED. Belo Horizonte, 2001.
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2009). Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó, Brasília.
- Isnardis, A. (2009). Entre as Pedras: as ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres da região de Diamantina, Minas Gerais. 2009. 512f. Tese (Doutorado em Arqueologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

- Knecht, L.M.P. (2015). Indicadores da Paisagem para a Ocorrência de Sítios Arqueológicos na Área Arqueológica de Serra Negra, Face Leste do Espinhaço. Dissertação de Mestrado, UFMG.
- Lacerda, M. O. (2014) Paisagem da Terra dos Diamantes: passado e presente a favor de uma reflexão prospectiva. Tese de Doutorado, UFMG.
- Lima, C.X. (2013). Caraça, a porta do céu e seu entorno: o estudo da paisagem para a conservação da biodiversidade. Dissertação de Mestrado, UFMG. 2013.
- Lopes, C.G.F. (2009). Diferença e Conflito: uma perspectiva teórica para análise do fenômeno do turismo a partir das transformações do/no modo de vida dos lapinhenses. Universidade Federal de Minas Gerais, 305p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Belo Horizonte. 2009.
- Lopes DE Paula, F. (2011) Sítios arqueológicos em Conceição do Mato Dentro. HISTÓRIA VIVA, 2011.
- Moura, A. M. F. (2000). Serra do Cipó - MG. Ecoturismo e impactos socioambientais. Dissertação de mestrado em geografia e análise ambiental. UFMG: Belo Horizonte.
- Morais, M. S. de. (2014). A realidade socioambiental imposta às comunidades locais pela criação e implementação dos Parques Estaduais do Biribiri e Rio Preto. Tese de Doutorado, UFMG. 2014.
- Moss, M.C.B. (2014). Terras Incógnitas do Turismo – Um olhar exploratório sobre o fenômeno urbano, seus desdobramentos e os territórios desconhecidos na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço: os núcleos urbanos de Lavras Novas, Serra do Cipó e Milho Verde. Dissertação de Mestrado, UFMG.
- Morais, M. S., Gontijo, B., Piuzana, D., Dupin, P. (2014). Comunidades e Unidades de Conservação: A realidade dos conflitos entre as comunidades do entorno dos parques estaduais do Rio Preto e Biribiri, MG. *Olam: Ciência & Tecnologia (Rio Claro. Online)*, 13, p. 246-268.
- Morais, M. S., Gontijo, B. M., Piuzana, D. (2018). Percepções sobre conflitos socioambientais de comunidades do entorno do Parque Estadual do Biribiri, Diamantina, Minas Gerais. *Revista Espinhaço*, 7, p. 02-11.
- Mucida, D. P., Moraes, M. S., Gontijo, B. M. (2016). O uso de maquete como ferramenta pedagógica na gestão educacional: o exemplo da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, Minas Gerais, Brasil. *Revista ESPACIOS*, v. 37, n.07, p. E-2.
- Mucida, D. P., Moraes, M. S., Gontijo, B. M., Fagundes, M. (2019). A degradação ambiental em narrativas de naturalistas do século XIX para a reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. *Caderno de Geografia*, 29(57), p.465-495.
- Murta, I.B.D. (2012) Representações sociais do ambiente protegido: estudo multicaso no município de Ouro Preto/MG. Dissertação de Mestrado, UFMG.
- Nascimento, J.S. (2010). “Estudo da ecologia da paisagem e biologia da conservação como base para o desenvolvimento e monitoramento de estratégias de conservação, por geoprocessamento e análise multicriterial. Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira- Serra do Cipó/MG”. Dissertação de Mestrado, UFMG.
- Noronha et al. (2007). Construção da Agenda 21 local: a comunidade unida planejando o desenvolvimento sustentável.
- O'Connor, J. (1988). Capitalism, nature, socialism: theoretical introduction. *Capitalism, Nature, Socialism*. London, v. 1, n. 1, p. 11-38.

- Pereira et al. (2013). A comunicação através da arte: construção da maquete da Serra do Espinhaço Meridional como recurso interdisciplinar e didático. *Revista Territorium Terram*, 1(2), p. 65-80.
- Rodrigues, B.B. (2014). Efetividade da legislação e gestão do patrimônio natural e cultural: estudo da RPPN Santuário do Caraça. Dissertação de Mestrado, UFMG.
- Romeiro, C. M. (2019). Entre a Serra e o Quintal de Casa: Conciliando Proteção Integral e Ocupação Humana nos Monumentos Naturais Itatiaia e Várzea do Lajeado e Serra do Raio (MG), Dissertação de Mestrado, UFMG.
- Ruchkys U.A., Machado M.M.M., Castro P.T.A., Renger F.E., Trevisol A. Geoparque Quadrilátero Ferífero, Minas Gerais. In: SHOBENHAUS C., SILVA C. (orgs). Geoparques do Brasil: propostas. Serviço Geológico do Brasil, Rio de Janeiro, 2012, 220 p. Disponível em: < <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/17149/quadrilatero.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 abr 2020.
- Saadi, A. (1995). A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. *Geonomos*, 3(1), p. 41-63.
- Santos Jr. L.A. (2020). Caminho Saint Hilaire: Olhares Cruzados. Belo Horizonte: Ed. Ramallete. 237p.
- Santos, J. B., Soares, M. A., Mucida, D. P. (2020). COVID-19 interferes in the disclosure of the first Brazilian GIAHS site. *Braz. J. Biol., São Carlos*, 2020. <https://doi.org/10.1590/1519-6984.241989>.
- Scalco, R. F.; Souza, D. E; Souza, H. A. (2017). Oficinas de legislação ambiental e turismo para as comunidades do entorno do Parque Estadual do Biribiri. *Revista Espinhaço | UFVJM*, p. 16-23. doi: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3967942>
- Scalco, R.F. (2009). Desafios, paradoxos e complexidade na gestão do Mosaico de Unidades de Conservação da Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas, Ouro Preto/MG. Dissertação de Mestrado, UFMG.
- Solari, A.; Isnardis, A.; Linke, V. (2012). Entre Cascas e Couros: os sepultamentos secundários da Lapa do Caboclo (Diamantina, Minas Gerais). *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, 10(1), p. 115-134.
- Souza, D.E. (2014). Aspectos Socioambientais e a Gestão da APA Estadual das Águas Vertentes - MG. Dissertação de Mestrado, UFMG.

Notas

[1] Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000. Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm

[2] Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

[3] Disponível em: <<http://www1.pucminas.br/jornal/materia.php?codigo=181&lateral=1&cabecalho=5 &menu=929>>

[4] No ano de 2017 foi aprovado o relatório de Revisão Periódica (2008-2018) com a expansão dos limites da Reserva do Espinhaço fase 2. O relatório consiste em um instrumento de monitoramento e comunicação estratégica entre as RBs e a Unesco.

[5] Dentre os naturalistas que visitaram a região pode-se destacar: a dupla Johann Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius; Johann Jakob von Tschudi; Auguste Saint Hilaire; Peter Lund; Wilhelm Ludwig von Eschwege; Eugenius Warming; Louis Agassiz; Richard Burton; Georg Heinrich von Langsdorff; John Mawe e Johann Baptist Emanuel Pohl, entre outros.

[6] Dado disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas>

[7] Dado disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1265788/>; <http://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/designated-sites/latin-america-and-the-caribbean/semprevivas-minasgerais/es/>

[8] Conforme Gontijo (2003), De Knegt (2015) e Gomes (2014), todos pesquisadores do GIPE.

[9] Conforme estudo exaustivo sobre correlação entre a cultura do garimpo e o turismo na região realizado por Lacerda (2014).

[10] Conforme Gomes (2014).

[11] Toda a RBSE está inserida no que Saadi (1995) definiu como sendo Espinhaço Meridional e porção sul do Espinhaço Setentrional, que corresponde ao prolongamento da cadeia do Espinhaço desde o norte da região de Diamantina até o centro-norte da Bahia.

[12] Conforme análise aprofundada da tese de Gontijo (2003) e Gontijo (2008).

[14] A história, geografia e o turismo na região da Serra do Cipó foi bem analisada por Braga (2011) e seus eixos de penetração turística foram analisados por Ferreira e Gontijo (2010), ambos pesquisadores do GIPE.

[15] Conforme trabalhos de Lopes (2009) e de Santos (2020), pesquisadores do GIPE.

[16] Conforme análises aprofundadas de Souza (2014), Nascimento (2010) e de Abreu (2015), pesquisadoras do GIPE.

[17] O caso da RPPN do Caraça é emblemático do amálgama patrimonial que aí se verifica de forma expressiva, fato que foi analisado por Rorigues (2014). Sua paisagem foi analisada por Lima (2013), pesquisadora do GIPE.

[13]“Estão em nível 3, ou seja com risco de romper, as barragens B3/ B4 da mina Mar Azul, em Macacos, na região metropolitana, Forquilha I e Forquilha III, em Ouro Preto, na região Central, e a Sul Superior, em Barão de Cocais, também na região Central”. Fonte: <https://www.otempo.com.br/cidades/minas-tem-4-barragens-com-risco-iminente-de-ruptura-e-10-em-nivel-de-emergencia-1.2393363> (Acesso em 10/2020).